

ACT lamenta decisão favorável à indústria do tabaco e que impede proibição de aditivos nos cigarros

A Aliança de Controle do Tabagismo – ACT lamenta profundamente a decisão liminar da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal, que suspendeu os efeitos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC 14/12 - da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. A norma proíbe o uso de aditivos nos cigarros, como menta, cravo e açúcar, e deveria ter entrado em vigor em 14 de setembro.

A Ministra Rosa fundamentou a decisão acolhendo a alegação da indústria do tabaco de que a proibição de aditivos causaria prejuízo econômico ao setor.

A RDC 14/12 foi aprovada há 18 meses, depois de amplo debate entre os setores envolvidos, incluindo audiência pública e reuniões. Desde então, a indústria do tabaco, seus sindicatos e associações representativas, tentam derrubá-la.

Tramita na Câmara dos Deputados projeto que visa anular a resolução. No Judiciário, são pelo menos quatro ações judiciais com o mesmo propósito, além da tentativa de restringir o poder regulatório da Anvisa.

Para a ACT, a alegação da CNI de que a proibição dos aditivos traria graves danos econômicos à indústria do tabaco não faz sentido e é um tipo de argumento usado todas as vezes em que se tenta regulamentar atividades ou produtos relacionados ao tabaco. O Brasil há anos é o maior exportador de tabaco do mundo. A Souza Cruz, que detém mais de 70% do mercado brasileiro, continua sendo uma das empresas mais lucrativas do setor no país, apesar da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), que entrou em vigor em 2006, e prevê uma série de medidas para conter a demanda por cigarros. Em 2012, teve resultado líquido de R\$ 1,64 bilhão, o maior de seus 110 anos de história, de acordo com seu balanço.

“Os ministros(as) do STF, a sociedade e o governo devem estar atentos para esta ação que tramita no STF (ADIn 4874), pois o debate também envolve a competência e o poder regulatório da ANVISA, o que tem sérias implicações para a regulação de produtos derivados do tabaco, assim como para outros produtos também regulados pela agência, como agrotóxicos e medicamentos.”, diz Mônica Andreis, vice-diretora da ACT.

PESQUISAS DE OPINIÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), 90% dos fumantes começam a fumar antes dos 19 anos, fazendo dos jovens o principal alvo da indústria do tabaco. Menta, cacau, baunilha e canela são alguns sabores usados para camuflar o gosto ruim e tornar o ato de fumar mais agradável, especialmente para quem experimenta o cigarro pela primeira vez.

O tema vem sendo amplamente estudado e discutido há anos, tendo passado inclusive por consultas públicas. Pesquisa ACT/Datafolha, feita em maio de 2013, mostra que a população da cidade de São Paulo apoia a adoção de medidas mais rígidas de controle ao tabagismo. Dos 1.096 entrevistados, 76% são favoráveis à proibição de aditivos que mascaram o sabor dos cigarros, uma vez que são conhecidos como porta de entrada para a dependência.

A pesquisa ACT/Datafolha também constatou que:

- 91% dos paulistanos aprovam a lei estadual antifumo;
- 75% são favoráveis ao aumento de preços e impostos de cigarros;
- 76% apoiam que os cigarros sejam vendidos embaixo do balcão, como já acontece em outros países (Inglaterra, Escócia, Canadá);
- 76% concordam que a exposição do cigarro estimula o consumo e a compra, principalmente pelos mais jovens.

Mais informações:

Print Comunicação

Karla Rúbia/ Claudia Moreira

21 8498-1837/ 9943-0344

karlarubia@printrio.net